



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
Rua Oito, casa 3 - Bairro Portal de Paraty - CEP 23970000 - Paraty - RJ - www.icmbio.gov.br

## **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA APA CAIRUÇU**

**14/06/2016 – Terra Indígena Guarani Itaxin, Paraty, RJ.**

**CONSELHEIROS PRESENTES:** Eliel Pereira de Souza, Sergio Daflon Mello, Valéria Mozzer, Tiago Oliveira Menezes, Alda Janaína da Assis Airston, Almir dos Remédios, Daniele Elias Santos, Domingos Ramos dos Santos, Ronaldo Mariano Rodrigues, Monaliza Melo Brandão Assis, Clédson Cesar da Silva, Sandro Rogério do Nascimento, Luciana Gomes de Araújo, Fábio José dos Reis de Oliveira, Anderson Mululo Sato, Vagner Nascimento, Marcela Albino Cananéa, Cristiana Silva Reis, Róbson Dias Possidônio.

**Conselheiros Presentes:** 10 titulares e 9 suplentes.

Além dos Conselheiros assinaram a lista de presença 29 participantes.

Os Conselheiros Raoni Mendonça, André Luiz Videira de Figueiredo e Lúcia Cavalieri justificaram a ausência.

**Início da reunião: 09:50 hs.**

**Término da reunião: 17:10 hs.**

**Eliel, Presidente do Conselho Consultivo da APA Cairuçu (CONAPA)** deu boas vindas a todos os presentes, expressou a satisfação de estar realizando esta reunião pela primeira vez na Terra Indígena Guarani Itaxin. Em seguida passou a palavra para a Sra. Ivanilde, liderança guarani da aldeia.

**Ivanilde:** fez uma breve explicação sobre o coral indígena guarani da aldeia, que se apresentou na sequencia. Após a apresentação fez uma explicação sobre os cantos. Disse que o cacique, o Sr. Miguel, que tem 116 anos de idade, não está bem de saúde para dar as boas vindas aos participantes, mas ela (Ivanilde) está o representando. Em seguida, fez um histórico da presença dos guaranis em Paraty Mirim. Segundo foi relatado, antigamente para os guaranis não existia diferença entre Brasil, Paraguai e Argentina, tudo era uma terra só. O centro da terra para os guaranis era o Paraguai e de lá saíram a procura da “terra sem mal”. Há 23 anos, os avós do cacique, Sr. Miguel, indicaram esta terra, onde eles haviam vivido no passado, para ser retomada. Esta terra precisava ser retomada, precisava ser ocupada pelos guaranis. Os guaranis estão aqui para fazer o bem, para cuidarmos uns dos outros. Nós não estamos aqui para fazer maldade. Da mesma forma, não estamos aqui para receber maldade. Aqui sempre existiu guaranis, mas viviam escondidos dos brancos. Em fevereiro passado houve um evento aqui na aldeia, em que veio um cacique guarani do Espírito Santo, já idoso, que nasceu aqui em Paraty Mirim, isso é uma prova que já existiam guaranis aqui nesta terra.

Em seguida, houve um momento de caminhada com os presentes pela aldeia, conduzida pelo Conselheiro Ronaldo Rodrigues, representante da aldeia Itaxin, onde foram mostrados alguns problemas e locais onde desejam realizar trabalhos, como educação ambiental, reflorestamento e sistema agroecológicos. Por fim, houve um momento onde os participantes fizeram uma roda e expressaram a satisfação em estar na aldeia, e fizeram uma corrente pala saúde do cacique, Sr. Miguel.

**Eliel:** explicou aos comunitários guaranis presentes sobre o que estamos fazendo aqui, o que é APA Cairuçu e o que é o Conselho Gestor da APA Cairuçu, destacando o Ronaldo Rodrigues, como conselheiro representante desta comunidade. Mencionou a última reunião do CONAPA Cairuçu, extraordinária, que foi interrompida pela notícia do assassinato de uma liderança caiçara da Trindade. Informou que a APA Cairuçu está totalmente aberta às propostas para atualização do Plano de Manejo, mas a coordenação deste processo fica com a Coordenação do ICMBio em Brasília, a COMAN, que irá executar a atualização do Plano de Manejo, juntamente com a APA Cairuçu. Entretanto, a APA Cairuçu vai priorizar as questões levantadas no CONAPA Cairuçu. Em seguida, convocou os representantes da Associação de Moradores da Trindade (AMOT) para fazer uso da palavra e explicar aos conselheiros sobre o assassinato do jovem caiçara e sobre o conflito fundiário histórico na comunidade da Trindade. Antes, agradeceu a presença do indígena tupinambá Arapuaca, da rádio indígena Yandê que está fazendo a cobertura jornalística desta reunião;

**David (AMOT):** agradece a APA Cairuçu e a Aldeia Guarani Itaxin pela hospitalidade. Inicia se identificando como jornalista que já trabalhou com indígenas na região do Xingu. Em seguida, começou a contar a história de luta da comunidade da Trindade e conflito com a empresa TDT, a partir dos anos 70 e 80. Como fruto desta luta, em 1982 foi firmado um acordo entre a comunidade e a empresa (TDT), que deveria ter encerrado este conflito. Entretanto este conflito não terminou, e de 1982 para cá já houveram duas mortes de caiçaras. No último dia 2 de junho um jovem de 23 anos foi assassinado por dois policiais militares que trabalhavam como seguranças da TDT. Este jovem ocupava e trabalhava em uma área de roça que estava contemplada pelo acordo de 1982, como de direito dos trindadeiros. Diante disso, a comunidade se reuniu expulsou os “milicianos” e destruiu as instalações da empresa TDT. Esta área da empresa está classificada como Zona de Uso Comunitário, Cultural, Educacional, Esportivo e de Lazer (ZUCCEL), pelo Plano de Manejo da APA Cairuçu, portanto sendo assim, uma área de uso coletivo. Além disso, esta área também é definida como área de uso coletivo por Lei Municipal. Apesar disso a TDT continuava mandando na área. Diante do exposto, viemos nesta reunião para buscar apoio dos gestores e conselheiros para consolidar as áreas de uso coletivo na Trindade.

**Eliel:** se declarou sensível aos acontecimentos e pediu aos conselheiros para que se manifestem quanto aos acontecimentos na Trindade;

**Humberto (AMOT):** chama atenção sobre o fato de que a própria APA Cairuçu foi criada para proteger estas áreas de uso coletivo. Desta forma, pede o posicionamento efetivo da APA e do CONAPA Cairuçu para consolidação do uso coletivo destas áreas;

**David (AMOT):** o que pedimos é mais do que o apoio formal. O que queremos é o comprometimento da APA e do CONAPA com a comunidade da Trindade;

**Eliel:** o que pode ser feito é uma manifestação do CONAPA Cairuçu sobre este assassinato. Além disso, é possível ver a possibilidade de desapropriar essas áreas, apesar de não ser muito comum este tipo de ação em unidades da categoria APA. A moção pode ser preparada na hora do almoço para depois abrir à discussão em assembleia no final desta reunião;

**Vera (AMOT):** também expos a importância deste momento de dor da comunidade para acordar os comunitários para luta, e que agora veem pedir o apoio a APA Cairuçu;

**Américo (Ilha Rasa):** destacou que essa desapropriação é possível, porém depende da vontade política;

**Antônia (Produtora cultural):** sugere a formação de um Grupo de Trabalho (GT) para fazer esta moção na hora do almoço;

**Sérgio Mello:** conhece o projeto urbanístico proposto para a Trindade, é muito bacana, e pensa na Trindade como um todo, e não “picotando” a Trindade. Pede apoio ao CONAPA na aprovação do projeto urbanístico da Trindade e se colocou à disposição para qualquer esclarecimento;

**Waguinho (São Gonçalo):** se mostrou solidário à comunidade da Trindade, e em São Gonçalo a luta é com uma multinacional, a White Martins, onde houveram assassinatos de lideranças, o Zequinha. Temos que nos preocupar com o Estado que protege estas empresas. Esta luta deveria ser da sociedade de Paraty, e não só da Trindade. Quanto de dinheiro em função da Trindade entra no município de Paraty? Por fim, colocou a Associação de São Gonçalo à disposição da comunidade da Trindade;

**Valéria Mozzer:** colocou à disposição a Secretaria de Agricultura e Pesca para ajudar a comunidade da Trindade;

**Flávio Paim (APA Cairuçu):** essa luta (da Trindade) deve ser de Paraty, mas deve ser um pouco mais ainda. Essa luta deve ser nacional, pois o PARNA da Serra da Bocaina (PNSB) é um dos mais visitado do Brasil, e justamente por conta da Trindade. A morte deste jovem que trabalhava em uma terra garantida pelo acordo de 82 tem que reverberar em todo Brasil;

**Almir Tã:** o CONAPA já perdeu muito tempo discutindo as Zonas de Uso Conflitante (ZUC) e não resolveu ainda. Deveria ser marcada uma reunião extraordinária para discutir somente isso. Deveríamos fazer uma agenda para discutir isso;

**Vagner Nascimento:** se solidarizou com a comunidade da Trindade. Esse fato ocorrido reflete o momento em que o país esta vivendo. Um momento de retrocesso dos direitos, sobretudo para as populações tradicionais. Sofremos ataques por parte da bancada ruralista, da bancada evangélica no Congresso Nacional. Em cada canto do Brasil, neste momento, uma comunidade está sendo atacada. A disputa na Trindade está relacionada às PPPs (Parceiras Público-Privadas). É a disputa pelo Capital, que quer ocupar estas áreas das comunidades para seu laser, para suas casas, para suas RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural). Eu gostaria de saber qual é a posição da Prefeitura de Paraty em relação às PPPs? O Fórum de Comunidades Tradicionais está nesta luta e acredita muito no trabalho do CONAPA Cairuçu como um espaço para discutir estas questões, entrando em discussão não só os direitos das comunidades, mas também as demandas, e este espaço (o CONAPA), é muito importante e legítimo para essas questões;

**Robson Possidônio:** disse que conversou com Francisco Livino, chefe do PNSB, e parece que eles querem desapropriar as áreas da TDT, e dizem que a recategorização da REJ (Reserva Ecológica da Juatinga) também vai abranger as áreas da TDT. A APA Cairuçu precisa entrar nesta discussão para consolidar estas áreas como nossas, dos trindadeiros.

**Marcela Cananéa:** é muito comum o conflito das comunidades caiçaras com os grileiros, como ocorre na Trindade, em São Gonçalo, na Praia do Sono. Lembrou que a Coordenação Nacional Caiçara, entidade a qual representa, foi criada em 2014 em um encontro ocorrido na Trindade. Gostaria de reforçar que as comunidades caiçaras estão sofrendo diariamente, como no caso da Praia do Sono com o Condomínio (Laranjeiras). A comunidade do Sono não tem força para enfrentar o Condomínio, a Trindade não tem força para enfrentar a TDT, São Gonçalo não tem força para enfrentar a White Martins, precisamos nos unir para enfrentar juntos. Sugiro a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para discutir estas questões sobre os conflitos que as comunidades vêm sofrendo;

**David (AMOT):** se solidarizou com a luta da Praia do Sono e da comunidade de São Gonçalo. Reforçou a possibilidade de desapropriação das áreas da TDT, pedindo apoio à APA Cairuçu nesta questão;

**Monaliza Melo:** reforça a necessidade de moção que deve ser encaminhada ao PNSB e a Prefeitura de Paraty;

**Américo (Ilha Rasa):** a Ilha Rasa vive em com as legislações ambientais. Ele como proprietário também sofre pressão da especulação imobiliária. Ele tem feito uma resistência para permanecer morando lá;

**Clédson:** semana passada viu o rapaz de uma empresa (Topo Sat) fazendo topografia na área da Fazenda Independência, e segundo foi informado, era para entregar as áreas ao PNSB. Pergunta ao Eliel se ele já estava sabendo disso;

**Eliel:** disse que não sabe ao certo, pois no ICMBio não existe a cultura de se compartilhar as informações sobre a gestão das unidades de conservação, mesmo aquelas que são sobrepostas. Em seguida, faz um panorama sobre os encaminhamentos até o momento da reunião:

- Fazer a moção;
- Realizar uma reunião entre a APA Cairuçu, o PNSB e a REJ para discutir a desapropriação da TDT;
- Possibilidade de criação de um GT para conflitos territoriais com as comunidades tradicionais;
- Realizar uma reunião entre a equipe da APA Cairuçu e a comunidade da Trindade para ouvir as questões e tentar apoiar;

**Eliel:** dando prosseguimento, fez um resgate da reunião extraordinária do CONAPA Cairuçu, realizada no dia 02/06/16, que foi interrompida em virtude da morte do jovem trindadeiro. Explicou sobre o Plano de Manejo e sua atualização, e deixou claro que o prazo de 90 dias, conforme Decreto nº 8775/2016, que no momento são de 58 dias, considerando a data de hoje, será muito difícil de cumprir. Isso tem sido reportado as coordenações superiores do ICMBio em Brasília, e ao Ministério Público Federal (MPF), e esta buscando o diálogo com todos os atores competentes. Em seguida, Eliel abriu o diálogo para participantes presentes que não são conselheiros do CONAPA Cairuçu para tirarem suas dúvidas em relação e alteração do Decreto de criação da APA Cairuçu e a atualização do Plano de Manejo;

**Marcos (Secretaria de Agricultura e Pesca):** pergunta quantas pessoas presentes já leram o Plano de Manejo vigente;

**Américo (Ilha Rasa):** como devo proceder em relação à questão da Ilha Rasa?

**Mário (Biólogo):** sugere formar GTs específicos por interesses. Por exemplo, GT da Trindade, GT de donos de ilhas, GT de comunidades do continente, etc...para levar propostas para revisão do Plano de Manejo a ser apresentado ao CONAPA Cairuçu para apreciação;

**Claudia (Trindade):** disse que tem duvidas quanto ao prazo curto para revisão do Plano de Manejo, e também se vai poder mudar o grau de restrição de algumas áreas;

**Antônia (Produtora Cultural):** gostaria de entender o contexto da alteração do Decreto de Criação da APA Cairuçu;

**Valéria Mozzer:** sugere resgatar os estudos já realizados pelo CONAPA, para não partir do zero. Existem áreas de ZPVS (Zona de Proteção da Vida Silvestre) na zona rural, de produção e vai demandar trabalho novo;

**Eliel:** Américo, a Ilha que você ocupa está na Zona de Uso Conflitante. Estas áreas devem passar por um período de estudo para ver a possibilidade de se regularizar, ou não. Este é o momento de rediscussão destas áreas. A atualização do Plano de Manejo ainda não começou. Chama atenção ao fato de que no Decreto nº 8775/2016, está escrito textualmente atualização do Plano de Manejo, e que este termo não é adotado nas Leis, normas e procedimentos que regem as unidades de conservação. Atualização não é a mesma coisa que revisão. Primeiramente será feito um Relatório de Monitoria a ser enviado a Coordenação específica, a COMAN, que vai abrir o processo de revisão do Plano de Manejo. Portanto, não vai ser a APA Cairuçu que vai fazer esta revisão do Plano de Manejo. Quando a revisão se iniciar vai ser publicada uma Portaria pelo presidente do ICMBio, nomeando uma equipe responsável por esta revisão. A partir de então, vai ser discutida a metodologia. O CONAPA vai poder opinar, mas não manda neste processo;

**Valéria Mozzer:** segundo o Decreto nº 8775/2016, será possível se articular com órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, portanto a Prefeitura Municipal deve participar desta revisão do Plano de Manejo;

**Carlos Felipe (APA Cairuçu):** deu explicações sobre o Decreto, as Instruções Normativas, explicando todo o rito interno para revisão do Plano de Manejo;

**Eliel:** sugere que os representantes das ilhas se organizem para apresentar propostas. É importante que se dê o formato de coletivo, e não de representantes de interesses individuais;

**Mário (Biólogo):** é possível incluir a representação de proprietários de ilhas e marinas no CONAPA, antes de concluída a revisão do Plano de Manejo?

**Eliel:** sim é possível, mas tem que se respeitar os procedimentos internos do ICMBio e, principalmente, o Regimento Interno do CONAPA Cairuçu.

Neste momento a reunião foi interrompida às 13hs, para o almoço, com retorno combinado para às 14 horas.

**Eliel:** Abre os trabalhos da tarde, indicando que, após as discussões do turno da manhã, abertas à participação de não conselheiros, agora, o foco será especificamente na reunião do Conselho, ficando a palavra aberta estritamente aos conselheiros. Resgata a discussão da reunião anterior (a Reunião Extraordinária de 02/06) focalizada no decreto presidencial que alterou o decreto de criação da APA. Cita que existia uma demanda antiga e, respondendo especificamente à participante Antônia que levantou uma questão no debate aberto da manhã, afirmou que não sabemos a motivação exata da sua publicação nesse momento, na data histórica em que foi publicada. Em seguida, abre a palavra para a plenária dos conselheiros.

**Fábio:** Cumprimenta a todos e manifesta considerar que a forma como o decreto foi publicado foi uma surpresa que colocou em xeque todo o trabalho que vinha sendo construído no Conselho. Resta ver como se encontra uma conciliação entre aquilo que vinha sendo construído enquanto Plano de Ação do CONAPA e as demandas que o decreto de repente impõe.

**Luciana:** Na reunião da Câmara Temática de Comunicação e Formação, ontem, foi discutida a questão levantada por Fábio. A questão é como criar uma sinergia entre os dois processos, o Plano de Manejo do CONAPA com as ações necessárias para a revisão do Plano de Manejo.

**Almir:** Nós já temos muita coisa feita. Se a ideia é revisar o Plano de Manejo, agora temos oportunidade de fazer e muito bem feito com os trabalhos da CT de Vilas Caiçaras e da CT de Uso Conflitante e dos planejamentos de parcelamento de uso do solo da prefeitura.

**Marcela:** Minha dúvida é sobre o planejamento que a comissão especial da prefeitura formou, se ela é legítima ou não. E se a revisão não é favorável para ajustar situações em que se identificam conflitos. E tem a questão do prazo, não parece muito curto? E eu gostaria de saber sobre o TAC da Chevron.

**Cristiana:** Temos que nos posicionar em relação ao prazo. Temos que no mínimo questionar.

**Domingos:** Temos que traçar um rumo sobre esse Plano e seguir em frente.

**Sandro:** Temos que esclarecer à prefeitura sobre o atual momento do Conselho, que é construir uma relação mais respeitosa com as populações residentes. E me preocupa a organização de forma reativa, respondendo a demandas externas. Nós temos a nossa continuidade e isto deve ser afirmado para os gestores superiores.

**Vagner:** Como o Almir lembra, participamos do CONAPA desde o início que foi, inclusive, na elaboração do Plano de Manejo que, para mim, foi uma experiência de muita aprendizagem. É importante a gente conhecer o Plano de Manejo e, não só, a própria Unidade de Conservação. No dia da Reunião Extraordinária, vi a apresentação das ações realizadas e pude ver como o CONAPA é um patrimônio nosso e devemos garantir a nossa legitimidade, inclusive para a revisão do Plano de Manejo. E quando surgiu esse decreto, num momento da conjuntura de crise da democracia, o Conselho estava bem instituído e legítimo. Com a capacidade de conduzir a revisão do Plano de Manejo. E se alguém tiver interesse de participar aqui, agora, deve saber que será dentro das regras. Inclusive, temos que ver como foi a publicação desse decreto, na madrugada do *impeachment*, inclusive com o MPF.

**Eliel:** O próprio SNUC (Lei n. 9.985/2000), assim como o decreto, estabelece a competência do Conselho para as atividades de revisão do Plano de Manejo. A comunidade organizada de Paraty se mobilizou e se apresentou para constituir este Conselho dentro de todas as normas e orientações. Já foi questionado o prazo junto às instâncias superiores, mas ainda não houve resposta. Na próxima semana, deve ocorrer uma videoconferência. Quanto ao processo de elaboração do Plano de Manejo, o primeiro passo, agora, é apresentar um relatório de monitoria. Após isto, será instituído o processo de atualização pela coordenação

em Brasília. Mas existe considerável convergência entre o nos Plano de Ação do CONAPA e as demandas do Decreto. E depois de elaborarmos o Plano de Ação, surgiu o TAC da Chevron e, com base nas atividades do Plano de Ação, elaboramos um projeto, que foi muito bem aceito no IBAMA e no FUNBIO, num montante de recursos de dois milhões de reais.

**Bruno:** Acho importante registrar, que o nosso projeto, entre os das cinco Unidades de Conservação contempladas pelo TAC da Chevron, provavelmente, foi o único que focou em ações do Plano de Ação do Conselho, ao invés de investir no em equipamentos e infraestrutura. Talvez o da RESEX de Arraial do Cabo também tenha contemplado demandas das comunidades.

**Clédson:** E o Carapitanga foi incluído no Projeto?

**Luciana:** Qual o papel da comissão de Brasília na revisão do Plano de Manejo?

**Eliel:** Não é uma comissão, mas uma coordenação dentro da Diretoria de Criação e de Manejo de Unidades de Conservação DIMAN, responsável por acompanhar a elaboração dos Planos de Manejos das Unidades de Conservação Federais por todo o Brasil. As diversas diretorias devem se manifestar, por exemplo, se envolver espécies ameaçadas, apreciar e emitir um parecer, etc. E por último tem a análise jurídica da proposta.

**Carlos Felipe:** Na CT de Comunicação e Formação, ontem, discutiu-se a questão da limitação de prazo e se temos, entre as ações do Plano de Ação do CONAPA, algumas que convergem com as ações necessárias para a revisão do Plano de Manejo. Há muita convergência. Nós podemos fazer a revisão do Plano de Manejo e implementar o Plano de Ação do CONAPA ao mesmo tempo.

**Bruno:** O que poderíamos fazer para questionar o prazo exíguo?

**Valéria:** Mas também temos que definir um prazo para concluir os trabalhos.

**Fábio:** A gente deve questionar a forma como surgiu o prazo.

**Sérgio:** Houve algum questionamento a esse prazo?

**Eliel:** Quando foi nomeado o novo diretor da DIMAN, entramos em contato e apresentamos a demanda da publicação do decreto. Verificou-se que existe uma questão semântica, o decreto fala em *atualização* e não em *revisão*. O termo técnico-jurídico para as alterações do Plano de Manejo é revisão. Estamos aguardando uma manifestação da COMAN-DIMAN sobre esse processo, se é de atualização ou revisão.

**Almir:** Esse prazo de noventa dias é abusivo. Então, a solução é darmos início e desenvolvermos o trabalho durante esse período e acionar o MPF para estendermos o prazo para conclusão. Outra coisa, devemos pedir para a prefeitura o que está sendo feito por lá.

**Carlos Felipe:** Nesta reunião em Itaxin devemos dar uma atenção especial às demandas apresentadas pela comunidade local e para isto devemos fazer um registro especial na ata.

**Eliel:** Temos agora alguns encaminhamentos – moções, reunião entre ICMBio, comunidade de Trindade e REEJ, um GT de conflitos territoriais na Câmara Temática de Populações Tradicionais e reunião de ZUCEL na Trindade e TDT, um GT para o relatório de monitoria.

**Valéria:** Em resposta a Almir Tã, esclareço que o executivo está marcando uma reunião para apresentar uma proposta para o Plano de Manejo, que é sugestão de uma pessoa da Trindade, que afirmou que não havia acesso à participação. Com referência á aldeia, a prefeitura, juntamente com a FIPERJ, pode estar apoiando a criação de peixes e o abastecimento de água.

**Fábio:** O OTSS vem realizando as partilhas agroecológicas como no Pouso da Cajaíba, e o Sítio do Seu Zé Ferreira, com a participação de representantes da aldeia. Do evento Águas do Carapitanga resultou uma ação com as comunidades indígenas, que é o saneamento ecológico das duas aldeias, Itaxim e Araponga.

**Sandro:** Considerando as falas de Ivanilde e Ronaldo, chegamos, pela UFRJ, a uma proposta de pesquisa-ação que produza um documento com as necessidades da aldeia. Nesta linha, me coloco, pela UFRJ, para apoiar iniciativas como a partilha agroecológica.

Neste momento passaram-se aos encaminhamentos da reunião, que consistiram nos seguintes, que foram aprovados por unanimidade:

1 – agendamento de uma reunião para tratar da desapropriação de terras da TDT a serem entregues ao PNSB e REEJ com representantes dessas unidades, AMOT e APA com data a ser definida;

2 – deliberação da criação de um GT de Conflitos Territoriais, a ser estabelecido no âmbito da CT de Populações Tradicionais;

3 – deliberação da realização de uma reunião entre APA e trindadeiros para tratar de conflitos territoriais locais;

4 – criação de um GT de Acompanhamento da Atualização do Plano de Manejo, com a seguinte formação: conselheiro Sérgio Mello, da SEDUR/prefeitura, representando o setor público; conselheiro Fábio Reis, do OTSS/Fiocruz, representando o setor universidade/institutos de pesquisa; e Daniele Santos, da AMOCQ, representando as populações residentes.

Em seguida, passou-se à leitura, pelo analista ambiental da APA Cairuçu, Carlos Felipe, das duas moções em anexo, para debate e aprovação. A primeira moção, que trata do conflito fundiário em Trindade, foi proposta por representantes daquela comunidade, sendo elaborada durante a reunião e, agora, apresentada para a apreciação de todos pelos conselheiros presentes. Foi imediatamente aprovada por unanimidade. A segunda moção trata do Decreto 8.775/2016 que altera o regime de proteção de áreas da APA Cairuçu e foi elaborada na véspera na reunião da CT de Comunicação e Formação. Esta moção, após a leitura, foi objeto de debate pelos conselheiros.

**Valéria:** Manifesto-me contrária à aprovação da moção, especialmente por não conhecer processo de 2009 que solicitava a alteração do decreto de criação da APA. Eu vejo que é necessária uma flexibilização da proteção para facilitar a vida de pescadores caiçaras.

**Américo:** Eu gostaria de alertar os conselheiros que o processo de 2009 identificava treze ilhas para as quais era solicitada a flexibilização do regime de proteção, enquanto o decreto alterou a proteção incidente sobre todas as 63 ilhas da APA.

**Eliel:** Embora o novo decreto flexibilize a proteção de áreas de manguezais, costões rochosos e praias, outras legislações ainda os garantem, mas o mesmo não acontece com as ilhas que realmente ficam fragilizadas.

**Luciana:** Aqui não tem ninguém ingênuo. É claro que esse decreto, da maneira como foi publicado, no dia do *impeachment*, representa um prejuízo grave para a proteção da APA.

**Vagner:** Eu comungo da moção, embora não tenha participado da sua construção. Aqui não tem ninguém ingênuo. Eu vejo nesse novo decreto mais um ataque à democracia no Brasil. Acho que precisamos fazer uma consulta ao MPF para nos certificarmos da sua legalidade.

**Róbson:** Eu sou caiçara e pescador e quero registrar que vejo nesse novo decreto um ataque frontal aos pescadores artesanais da região, quando pretende flexibilizar a proteção aos manguezais. Os manguezais são o berçário da vida marinha. A aprovação da moção tem que ser unânime. (Aplausos.)

**Janaina:** Eu não vi nessa moção nenhuma menção ao prazo muito curto para a revisão do Plano de Manejo que ela impõe, isto não deveria ser abordado?

**Rosângela:** Mas se a moção entrar na discussão do prazo, ela estará acatando o seu mérito e é exatamente isto o que ela repudia.

Na sequência desse debate, Carlos Felipe conduziu a votação da aprovação da proposta de moção pelos conselheiros, sendo aprovada por ampla maioria, registrando-se um voto contrário e uma abstenção.

Após a aprovação da moção ainda seguiu-se um breve debate.

Sobre esse moção, posteriormente à reunião, o conselheiro Sérgio Mello, que se absteve de votar a moção, entrou em contato via telefone com a equipe da APA Cairuçu, solicitando que se registrasse em ata que não votou a favor da moção, em razão da forma como ela foi apresentada, sem a prévia disponibilização para a apreciação dos conselheiros, cuja análise, diante da sua extensão, teria ficado prejudicada.

**Fábio:** Gostaria de lembrar a proposição de Vagner de submeter à consulta sobre a legalidade do decreto ao MPF.

**Eliel:** A minuta do decreto teve um parecer favorável da procuradoria do ICMBio e, para a instituição, isto dá suporte à sua legalidade.

Em seguida, passou-se ao agendamento de Reunião Extraordinária com a finalidade de discutir o andamento do processo de atualização do Plano de Manejo, ficando marcada para o dia 19 de julho às 14 h no auditório da APA.

Na sequência, Eliel passou a palavra para Ivanilde, indígena da Aldeia Itaxim, resumir as demandas e necessidades da comunidade anfitriã da reunião, para que pudessem constar na ata.

**Ivanilde:** A maior necessidade da comunidade é com relação à água. Temos uma nascente pequena que não abastece a totalidade da aldeia. A FUNASA instalou um poço e o maior problema é quando a bomba queima. Passamos mais de um mês sem água para ninguém. Nos abastecemos com água do rio. A Prefeitura ficou de instalar o fornecimento pela rede pública que passa nas terras da comunidade, mas a execução vem se arrastando, interrompendo várias vezes. Também precisamos reflorestar nossa área com plantas para o artesanato – caixeta e taquara –, frutíferas e outras. Outro assunto é a internet. Fomos favorecidos com um telecentro, que foi entregue e instalado na escola de Paraty Mirim. O estado diz que é culpa do município e o município diz que é do estado e nós ficamos sem acesso a esses equipamentos. Há, também, uma necessidade de estruturas para a diversificação dos esportes na aldeia. Quanto à questão dos resíduos sólidos, o maior problema é com a conscientização. Outro projeto importante é a produção de mel, porque precisamos no batismo. Neste ano tivemos que comprar o mel e isso não é bom para a nossa cultura. Então um projeto de apicultura é muito importante para nós. Então esses são os maiores problemas que enfrentamos hoje.

Após a manifestação de Ivanilde, Eliel pediu que o indígena Anápuák da etnia Tupinambá, diretor da Rádio Yandé, que serve às comunidades indígenas de todo o Brasil e acompanhou todo o evento, se manifestasse. Este agradeceu à oportunidade de poder ter participado da reunião, especialmente aos seus parentes da aldeia de Itaxim e ao conselheiro Sandro que articulou a sua vinda. Acrescentou que ainda teve um grande benefício pela participação no evento que foi ter encontrado um representante da aldeia de Itaxim para atuar como correspondente local da Rádio Yandé.

Nesse momento, Ivanilde indagou ao presidente do CONAPA se o pajé da aldeia poderia abençoar aos presentes e, sendo consentido, o pajé rezou em guarani pedindo as bênçãos de Deus a todos os participantes. Após as bênçãos, sem haver mais manifestações, às 17 h 10 min, o presidente do CONAPA Cairuçu, agradecendo a todos, deu por encerrada a reunião.

#### **Relatores:**

**Bruno de Brito Gueiros Souza** \_\_\_\_\_



**Flávio Marcelo da Mattos Paim** \_\_\_\_\_

Em 12 de julho de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Brito Gueiros Souza, Analista Ambiental**, em 12/07/2016, às 10:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **0175346** e o código CRC **AA62E9E4**.

Digite aqui o conteúdo do(s) anexo(s) ....

02253.000020/2016-18

0175346v2